



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MARIA APARECIDA DA SILVA FELIPE**

**O SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS  
EXCEPCIONAIS (APAE) - CAMPINA GRANDE/PB: A EXPERIÊNCIA DO  
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2022**

MARIA APARECIDA DA SILVA FELIPE

**O SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS  
EXCEPCIONAIS (APAE) - CAMPINA GRANDE/PB: A EXPERIÊNCIA DO  
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Artigo) apresentado ao Curso de  
Serviço social da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
bacharela em Serviço Social

Área de concentração: Serviço  
Social.

Orientadora: Profa. Ms. Aliceane de Almeida Vieira

CAMPINA GRANDE-PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F315s Felipe, Maria Aparecida da Silva.

O serviço social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - Campina Grande/PB: a experiência do estágio obrigatório na formação profissional. [manuscrito] / Maria Aparecida da Silva Felipe. - 2022.

26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Profa. Ma. Aliceane de Almeida Vieira , Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA. "

1. Deficiência . 2. Atuação . 3. Serviço Social . I. Título  
21. ed. CDD 362.2

**O SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS  
EXCEPCIONAIS (APAE) - CAMPINA GRANDE/PB: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO  
OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Artigo) apresentado ao Curso de  
Serviço social da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
bacharela em Serviço Social

Área de concentração: Serviço  
Social.

Aprovada em: 15/12/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

*Aliceane de Almeida Vieira*

---

Prof. Aliceane de Almeida Vieira (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Maria do Socorro Pontes de Souza*

---

Prof. Me. Maria do Socorro Pontes de Souza  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Thaís Simplicio Carneiro Matias*

---

Profa. Dra. Thaís Simplicio Carneiro Matias  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Dedico este trabalho a minha amada mãe,  
Severina que sempre acreditou em mim,  
mesmo quando nem eu acreditava.*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: A CONQUISTA DOS DIREITOS DE INCLUSÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....</b>	<b>10</b>
<b>3 O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA.....</b>	<b>17</b>
<b>4 A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DO DIREITO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O CASO DA APAE – CAMPINA GRANDE-PB .....</b>	<b>19</b>
4.1 O LÓCUS DA PESQUISA .....	19
4.2 O SERVIÇO SOCIAL NA APAE.....	20
4.3 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA APAE.....	21
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>

**O SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS  
EXCEPCIONAIS (APAE) - CAMPINA GRANDE/PB: A EXPERIÊNCIA DO  
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

**SOCIAL WORK AT THE ASSOCIATION OF PARENTS AND FRIENDS OF THE  
EXCEPTIONAL (APAE) - CAMPINA GRANDE/PB: THE EXPERIENCE OF  
MANDATORY INTERNSHIP IN PROFESSIONAL TRAINING**

Maria Aparecida da Silva Felipe<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso, sob a forma de artigo científico, propõe-se a examinar de maneira crítica e analítica a importância do Serviço Social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em Campina Grande, no estado da Paraíba. A metodologia adotada abrange uma revisão da literatura relevante, acompanhada da análise de registros originados durante o estágio supervisionado, realizado no período compreendido entre 29 de março de 2019 e 18 de março de 2020. Tal estágio foi conduzido em colaboração com a supervisora de campo, a assistente social Romilda Nascimento, e orientado pela supervisora acadêmica, Aliceane Almeida. Através da investigação bibliográfica, leitura crítica e análise meticulosa, constatou-se que a intervenção dos profissionais do Serviço Social junto aos educandos, em conjunto com o apoio proporcionado pelas famílias e pela instituição escolar, tem desencadeado avanços substanciais no âmbito do desenvolvimento cognitivo e social das crianças com deficiência que são acolhidas pela mencionada entidade. O intento subjacente a tais esforços é promover o pleno desenvolvimento dos educandos. Nesse contexto, emerge de forma incontestável a constatação de que a atuação do Assistente Social na APAE de Campina Grande reveste-se de uma importância inestimável para a proteção e suporte das famílias em situação de vulnerabilidade. Tal relevância se torna particularmente destacada face à recorrente ausência, por parte dessas famílias, de competências básicas em leitura e escrita.

**Palavras-chave:** Deficiência; Atuação; Serviço Social.

**ABSTRACT**

The present undergraduate thesis, in the form of a scientific article, aims to critically and analytically examine the importance of Social Work at the Association of Parents

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: silvana123paz@gmail.com.

and Friends of the Exceptional (APAE) in Campina Grande, Paraíba state. The methodology employed encompasses a review of relevant literature, coupled with the analysis of records generated during the supervised internship conducted between March 29, 2019, and March 18, 2020. Said internship was carried out in collaboration with the field supervisor, social worker Romilda Nascimento, and under the guidance of the academic supervisor, Aliceane Almeida. Through bibliographic investigation, critical reading, and meticulous analysis, it was observed that the intervention of Social Work professionals alongside the students, in conjunction with the support provided by families and the school institution, has triggered substantial advancements in the realm of cognitive and social development of children with disabilities who are embraced by the aforementioned entity. The underlying purpose of such efforts is to foster the full development of the students. In this context, it emerges unequivocally that the role of the Social Worker at APAE of Campina Grande assumes an invaluable importance for the protection and support of families in situations of vulnerability. Such significance becomes particularly highlighted given the recurrent absence, on the part of these families, of basic competencies in reading and writing.

**Keywords:** Disability; Role; Social Work.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é o produto final para defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba, e aborda como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) têm contribuído no desenvolvimento e promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência, assegurando-lhes o pleno exercício da cidadania, por meio da prestação de serviços de habitação e reabilitação dessas pessoas.

O tema proposto surgiu da necessidade de discutir sobre a atuação do profissional de Serviço Social frente à Instituição APAE na cidade de Campina Grande-PB, no processo de garantia da inclusão de pessoas com deficiência na escola e na sociedade. Sendo essa uma entidade filantrópica que disponibiliza serviços em diversas áreas, destacando-se Educação, Saúde e Serviços Sociais para pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla do município de Campina Grande e de cidades circunvizinhas.

Esse tema foi despertado durante a vivência na Instituição no período do estágio curricular obrigatório da grade curricular do Curso de Serviço Social, considerando a ampla atuação do profissional na promoção e articulação de ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

O Serviço Social desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e no atendimento às demandas específicas das pessoas com deficiência. Nesse contexto, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) representa uma importante instituição que oferece suporte e assistência a indivíduos com necessidades especiais, bem como às suas famílias. Diante disso, o presente artigo científico busca explorar e analisar a experiência do estágio obrigatório de estudantes de Serviço Social na APAE de Campina Grande, Paraíba.

A realização do estágio obrigatório é uma etapa crucial na formação profissional dos futuros assistentes sociais, pois proporciona uma oportunidade única de vivenciar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação. No contexto específico da APAE, o estágio oferece aos estudantes a chance de entrar em contato direto com as demandas e desafios enfrentados por pessoas com deficiência e suas famílias, bem como de compreender o papel do assistente social na promoção de seus direitos e na garantia de sua qualidade de vida. Além disso, a experiência do estágio na APAE permite aos estudantes desenvolverem habilidades práticas essenciais para o exercício da profissão, tais como o acolhimento às famílias, a realização de triagens socioeconômicas, a orientação para acesso a benefícios sociais, entre outras. Ao mesmo tempo, possibilita a reflexão crítica sobre o papel do assistente social como agente de transformação social e defensor dos direitos humanos.

Por meio deste artigo científico, pretende-se, portanto, contribuir para o debate acadêmico sobre a atuação do Serviço Social na área da deficiência, destacando a importância do estágio obrigatório como ferramenta de formação profissional. Além disso, busca-se evidenciar os desafios e as potencialidades dessa experiência, bem como as contribuições que ela pode trazer tanto para os estudantes quanto para a própria instituição de acolhimento. Ao compartilhar as vivências e reflexões advindas desse processo, espera-se fornecer subsídios para o

aprimoramento das políticas e práticas de intervenção social voltadas para a inclusão e a promoção da cidadania das pessoas com deficiência.

A elaboração desse trabalho ocorreu a partir da realização de pesquisa bibliográfica e utilização de registros produzidos durante o estágio supervisionado. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir dos descritores "pessoas com deficiência", "questão social", "família", "inclusão" e "serviço social" em revistas e artigos disponíveis online, bem como no banco de teses e dissertações da CAPES, com o objetivo de identificar teses e/ou dissertações que abordaram o tema. Dessa forma, foram realizadas leituras minuciosas desses materiais e selecionados artigos para discussão teórica neste trabalho.

Diante de pesquisas, leituras e estudos, foi possível confirmar que, com o trabalho dos profissionais do Serviço Social com os educandos e o apoio da família e escola, crianças com deficiências que são atendidas nessa instituição têm conseguido alcançar uma melhoria em seu processo cognitivo e também social, visando o desenvolvimento pleno do educando.

Com isso, foi possível constatar que a APAE busca promover e articular ações em defesa de direitos, prevenção, orientações e apoio à família, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, assim como assegurar e garantir condições especiais nos atendimentos oferecidos. Sabemos que as lutas para o alcance de tais objetivos são um desafio, porém a busca e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária têm alcançado a garantia de tais direitos.

Deste modo, esta pesquisa visa apresentar de forma crítica e analítica a importância do Serviço Social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais na cidade de Campina Grande-PB, assim como no processo tanto de luta quanto de conquista para que se efetive e democratize o direito de acesso da pessoa com deficiência na sociedade, numa perspectiva inclusiva, pautada não apenas na criação de leis, mas no ganho do respeito e do reconhecimento de sua cidadania, promovendo a sua inclusão social.

O primeiro tópico do artigo aborda a Educação Especial no Brasil: A Conquista dos Direitos de Inclusão para as Pessoas com Deficiência: Aqui apresentamos a história da Educação Especial no Brasil, pois esta remonta às primeiras iniciativas voltadas para a educação de pessoas com deficiência, que surgiram no século XIX. Inicialmente, essas iniciativas eram fragmentadas e muitas vezes assistencialistas, sem uma política educacional consolidada. Somente a partir do século XX, com o movimento de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, é que surgiram os primeiros avanços significativos.

O marco legal da Educação Especial no Brasil foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que reconheceu a igualdade de direitos para todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, consolidou os princípios da Educação Inclusiva no sistema educacional brasileiro, garantindo o acesso de todos os alunos à educação regular. Além disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008, reforçou o compromisso do país com a inclusão e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida social.

Ao longo do tempo, a Educação Especial no Brasil enfrentou diversos desafios, incluindo a falta de estrutura adequada nas escolas, a resistência de alguns setores da sociedade à inclusão e a necessidade de capacitação de professores para lidar com a diversidade presente em sala de aula. No entanto, também foram registrados importantes avanços, como a expansão da oferta de escolas inclusivas, a criação de políticas públicas voltadas para a Educação Especial

e o fortalecimento dos movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

O segundo tópico refletimos sobre O Serviço Social e a Educação Especial/Inclusiva: Uma Relação Necessária: A relação entre Serviço Social e Educação Especial/Inclusiva é de fundamental importância para a promoção da inclusão e garantia dos direitos das pessoas com deficiência. O assistente social desempenha um papel essencial nesse contexto, atuando como mediador entre as demandas individuais e as políticas públicas, além de promover ações que visam à garantia dos direitos sociais e à eliminação das barreiras sociais e institucionais enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

O assistente social tem como objetivo principal promover a inclusão social e garantir o acesso das pessoas com deficiência aos serviços e benefícios sociais disponíveis. Para isso, ele desenvolve ações de acolhimento, orientação e encaminhamento, visando à melhoria da qualidade de vida e ao fortalecimento da autonomia dessas pessoas. Além disso, o assistente social trabalha na sensibilização da sociedade e na promoção da cultura inclusiva, combatendo o preconceito e a discriminação.

A contribuição do Serviço Social para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária é inegável. Através de sua atuação nos mais diversos espaços, o assistente social contribui para a promoção da cidadania e para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, garantindo-lhes condições dignas de vida e participação plena na sociedade.

No terceiro tópico discutimos A Importância do Serviço Social na Garantia do Direito à Pessoa com Deficiência: O Caso da APAE – Campina Grande-PB: Fizemos um estudo de caso da APAE em Campina Grande, Paraíba, exemplifica a relevância da atuação do Serviço Social na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. A APAE desempenha um papel fundamental na oferta de serviços e no apoio às pessoas com deficiência e suas famílias, e o Serviço Social é peça-chave nesse processo.

A estrutura da APAE inclui uma equipe multidisciplinar, onde o Serviço Social atua de forma integrada com outros profissionais, como psicólogos, fisioterapeutas e pedagogos, para oferecer um atendimento completo e individualizado às pessoas com deficiência. O assistente social realiza avaliações sociais, orientações às famílias, encaminhamentos para serviços e benefícios sociais, além de promover ações de sensibilização e conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência.

As experiências e práticas desenvolvidas pelo Serviço Social na APAE de Campina Grande evidenciam os desafios enfrentados e os resultados alcançados na promoção da inclusão e na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. O trabalho conjunto de todos os profissionais da instituição, com destaque para o Serviço Social, tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida e para o fortalecimento da autonomia das pessoas com deficiência atendidas pela APAE.

## 2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: A CONQUISTA DOS DIREITOS DE INCLUSÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a nº 13.146, de 6 de julho de 2015, expressa as disposições da Convenção da ONU e estabelece:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, art. 2º).

As pessoas com deficiência, no século XX, foram intituladas “portadoras de necessidades especiais”. Essa denominação, foi modificada, considerando que a deficiência não é um objeto, mas faz parte da pessoa. No Brasil, a pessoa que possuía alguma deficiência, por vários séculos, foi incluída dentro da categoria mais ampla dos “miseráveis”, talvez o mais pobre entre os pobres. (SILVA, 1987).

No século XIX, a ocorrência de novos casos de deficiência esteve associada ao aumento dos conflitos militares, cujos resultados do combate sinalizavam um crescente número de soldados mutilados, apresentando deficiências físicas e sensoriais. Diante desta situação, várias instituições foram criadas, visando amparar principalmente os deficientes pobres desprovidos de qualquer tipo de assistência – sendo, portanto, privilegiado o atendimento àqueles de classe social menos favorecida (KASSAR, 1999; apud PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Em 1950 começaram a surgir as escolas especiais, destinadas às pessoas com deficiência, tendo sido criadas as primeiras Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. A Educação Especial no Brasil teve ascensão na década de 1980, tendo como marco fundamental a criação do Instituto do Menino Cego em 1854 e a criação do Instituto dos surdos-mudos em 1859, no Rio de Janeiro. (MAZZOTA, 2001).

A criação desses dois institutos, foi uma conquista significativa na época para o atendimento das pessoas com deficiência, mesmo que de início fossem voltadas para pessoas com deficiência visual e auditiva e ficando de lado as que tinham deficiência física, sendo atendidos apenas alguns casos isolados.

Todavia, Mazzotta (1996, p. 29) afirma: “[...] em 1872 já havia uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos no país, mas eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos”, o que nos mostra como o atendimento a esse público estava lento, sendo necessário a ampliação deste para alcance de todos.

A educação do deficiente foi assumida em nível nacional em 1957, pelo governo federal. Após alguns anos, com a criação da Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, esta contemplava no seu Título X “A Educação de Excepcionais” algumas preocupações como: No artigo 88, afirma-se que a educação dos excepcionais deve se incorporar no sistema geral de educação, buscando incorporá-los dentro da comunidade. (BRASIL, 1961)

As políticas nacionais de inclusão escolar estão baseadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (LDB, Lei 9394/1996) que define Educação especial como uma modalidade escolar direcionada para educandos “portadores de necessidades especiais”, preferencialmente na rede regular de ensino.

Nesse contexto ainda não se tinha um olhar voltado para as pessoas que tinham deficiência intelectual e os profissionais por falta de conhecimento muitas vezes diagnosticavam crianças com deficiência mental, quando na verdade eram alunos indisciplinados, com lentidão na aprendizagem e com problemas advindos da desestrutura familiar.

Sob influência de Johonn Hinrich Pestalozzi, um pedagogo suíço, foi fundada em 1926 a Instituição Pestalozzi no Rio Grande do Sul, prestando assistência social, educação e contribuindo para institucionalização das pessoas com deficiência intelectual no Brasil. A partir de 1958 o Ministério da Educação começa a prestar assistência técnica-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas, aumentando a escolarização e o melhoramento das salas especiais para atender alunos com deficiência intelectual.

Para que a educação inclusiva venha se efetivar de fato, faz-se necessário uma reflexão conjunta entre alunos e instituição através de discussões sobre como acolher a criança com deficiência nesse espaço sócio ocupacional, objetivando transformar o bem estar de todos. Segundo Rogalski (2010, p. 3):

Enquanto educadores, nosso papel frente à inclusão, reside em acreditar nas possibilidades de avanços acadêmicos dos alunos denominados normais, terão de se tornar mais solidários, acolhedores diante das diferenças e, crer que a escola terá que se renovar, pois a nova política educacional é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei que abrange as pessoas de todas as classes sociais.

A inclusão educacional representa um desafio fundamental para educadores em todo o mundo contemporâneo. Neste contexto, é crucial compreender e abraçar o papel dos educadores no processo de inclusão, que vai além da mera transmissão de conhecimento. Como agentes de mudança e facilitadores do desenvolvimento humano, os educadores têm a responsabilidade de acreditar nas potencialidades de cada aluno, independentemente de suas diferenças ou características individuais.

Ao nos depararmos com alunos que tradicionalmente são rotulados como “normais”, é essencial reconhecer que a inclusão não se trata apenas de integrar alunos com deficiências ou necessidades especiais, mas sim de criar um ambiente que valorize e respeite a diversidade em todas as suas formas. Nesse sentido, os educadores precisam desenvolver uma postura mais solidária e acolhedora diante das diferenças, promovendo um ambiente de respeito mútuo e aceitação. Além disso, é fundamental que os educadores reconheçam a necessidade de renovar suas práticas pedagógicas e repensar o papel da escola no contexto da inclusão. A nova política educacional, pautada no princípio da igualdade de todos perante a lei, exige uma abordagem mais flexível e inclusiva, capaz de atender às necessidades individuais de cada aluno e promover sua plena participação na comunidade escolar.

Para algumas deficiências, observou-se, no Brasil, o mesmo nível de desenvolvimento de atendimento às pessoas com deficiência auditiva e visual ocorrido em outros países. Apesar de que, a fase de negligência e omissão e, principalmente, exclusão social, no Brasil, foi estendida por mais tempo, até por volta da década de 1950.

Com a criação da Lei nº.5692 de 11 de agosto de 1971, onde fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, se percebe outras preocupações voltada novamente a educação aos deficientes. No artigo 9 é possível perceber a preocupação com alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais e que se encontram fora de faixa etária, onde devem receber tratamento especial de acordo com as normas fixadas pelo Conselho da Educação. (BRASIL,1971)

Entre 1976 e 1981 ocorreu uma grande mobilização para conscientização da sociedade sobre o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”. Diversas manifestações surgiram, havendo mudanças em diversos setores e contextos, onde a partir destas, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estabelece a integração escolar como preceito constitucional, preconizando o atendimento aos indivíduos que apresentam deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Nessa perspectiva, a Constituição Brasileira (1988) garantiu a todos o direito à educação, estabelecendo assim, o atendimento educacional de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. (MIRANDA, 2003)

A escola inclusiva precisa ser um espaço de acolhimento tanto em sua estrutura física, quanto no comportamento das pessoas que a compõem, funcionários e alunos tidos como normais. Faz-se necessário discussões reflexivas com os demais alunos sobre deficiência e inclusão para que os mesmos sejam pessoas compreensivas, com noções básicas de como tratar o aluno com deficiência afastando toda e qualquer forma de preconceito e discriminação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) é um documento que foi publicado em 2008 visando orientar as ações das políticas públicas nacionais, de maneira a efetivar as práticas da educação especial, através de novas orientações para o sistema educacional. Essa, permite aos alunos com deficiência intelectual e múltiplas o acesso à educação por meio de sua inserção no sistema de ensino regular, visando a aceitação, o respeito e um convívio saudável entre os alunos, como também o aprendizado do aluno com deficiência de forma estratégica, a partir de sua interação com o meio.

Em 1961, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (nº 4.024 de 1961), que assegura às pessoas com deficiência o acesso à educação dentro do sistema regular de ensino junto com os alunos tidos como normais.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.” (BRASIL, 2007, p. 2)

Em 1961, um marco significativo foi estabelecido no atendimento educacional às pessoas com deficiência com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 4.024/61. Esta legislação introduziu disposições que delinearão os direitos educacionais dos “excepcionais”, reconhecendo seu direito fundamental à educação, idealmente dentro do sistema geral de ensino.

Ao enfatizar a necessidade de inclusão educacional, a LDBN de 1961 estabeleceu as bases legais para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação, independentemente das diferenças individuais ou das condições de deficiência. Por meio dessa lei, o Estado foi instado a reconhecer e garantir o direito das pessoas com deficiência à educação, buscando sua integração e participação plena na sociedade.

A referida legislação representa um avanço significativo no reconhecimento dos direitos educacionais das pessoas com deficiência, ao afirmar que o atendimento educacional deve ser preferencialmente oferecido dentro do sistema geral de ensino. Essa abordagem reflete um compromisso com a inclusão e a igualdade de oportunidades, reconhecendo a importância de proporcionar um ambiente educacional que seja acessível, acolhedor e que atenda às necessidades individuais de cada aluno.

No entanto, é importante reconhecer que, apesar dos avanços proporcionados pela LDBN de 1961, ainda há desafios a serem superados no que diz respeito à efetiva implementação das políticas de inclusão educacional. A garantia do acesso à educação de qualidade para todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, continua sendo uma meta a ser alcançada através do contínuo desenvolvimento e aprimoramento das políticas educacionais e práticas pedagógicas inclusivas.

Segundo o documento PNEEPEI, em 1971 a Lei nº 2.5692/71 altera a LDBEN de 1961 ao definir um tratamento especial para alunos com deficiência física e mental, crianças com atraso no aprendizado e os superdotados.

Em 1973 o Ministério de Educação e Cultura (MEC), cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pelo gerenciamento da Educação Especial no Brasil, o mesmo realizou ações nas escolas direcionadas as pessoas com deficiência e os com superdotação, baseado em campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes foi aprovada no ano de 1975, assegurando a igualdade de direitos entre cidadãos, frisando que a pessoa com deficiência é aquela “incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.” (ALMEIDA; REIS; SANTOS, 2018)

Nesse sentido, a referida Declaração afirma que:

As pessoas deficientes gozarão de todos os direitos estabelecidos a seguir nesta Declaração. Estes direitos serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem social ou nacional, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito ao próprio deficiente ou a sua família. [...]

A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada em 1975, representa um marco significativo na luta pela igualdade de direitos e pela inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Esta declaração enfatiza a importância de garantir a igualdade de direitos entre todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades físicas ou mentais, e estabelece princípios fundamentais para proteger e promover os direitos das pessoas com deficiência.

Um dos pontos centrais da Declaração é a definição de pessoa com deficiência como aquela que é incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais. Essa definição reconhece a diversidade de experiências e desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência e destaca a necessidade de garantir seu pleno acesso aos direitos e oportunidades disponíveis para todos os cidadãos. Além disso, a Declaração estabelece que todas as pessoas com deficiência têm direito a desfrutar de todos os direitos estabelecidos no documento, sem exceção ou discriminação de qualquer tipo. Isso significa que as pessoas com deficiência devem ser tratadas com igualdade e respeito, sem discriminação com base em características como raça, cor, sexo, religião, opiniões políticas, origem social, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra condição pessoal.

Ao afirmar esses princípios fundamentais, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes reafirma o compromisso global com a promoção da igualdade,

da dignidade e dos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente de sua condição de deficiência. No entanto, é importante ressaltar que ainda há muito a ser feito para garantir a plena implementação desses direitos e para combater as barreiras e obstáculos que ainda limitam a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência na sociedade.

Em 1989 foi aprovada a lei nº 7.853 da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que sistematizou os direitos mínimos dos deficientes, assegurando a melhoria de sua condição social e econômica.

Na década de 1990, foi criada a Política Nacional de Educação Especial influenciada pela Constituição Federal de 1988, que objetiva uma educação sem discriminação, visando o pleno desenvolvimento do aluno. Em seu artigo 205 diz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2017, p. 60)

A educação é um direito fundamental, consagrado não apenas como uma responsabilidade do Estado e das famílias, mas também como um compromisso de toda a sociedade. Ela não se limita apenas à transmissão de conhecimentos, mas busca promover o pleno desenvolvimento da pessoa em todas as suas dimensões, preparando-a para o exercício pleno da cidadania e para uma participação ativa na sociedade.

Nesse contexto, a educação visa proporcionar às pessoas as ferramentas necessárias para que possam se tornar cidadãos conscientes, críticos e participativos, capazes de compreender o mundo ao seu redor, tomar decisões informadas e contribuir de forma significativa para o bem-estar coletivo. Além disso, busca-se também preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, fornecendo-lhes as habilidades e competências necessárias para enfrentar os desafios do mundo profissional.

Para alcançar esses objetivos, é essencial que a educação seja promovida de forma inclusiva e equitativa, garantindo o acesso de todos, sem discriminação de qualquer natureza. Isso implica em adotar medidas para atender às necessidades específicas de grupos vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, minorias étnicas, crianças em situação de vulnerabilidade social, entre outros. Além do papel do Estado e das famílias, a colaboração da sociedade é fundamental para o fortalecimento do sistema educacional. Isso inclui o engajamento de organizações da sociedade civil, instituições religiosas, empresas, mídia e outros atores sociais na promoção de uma cultura de educação e na mobilização de recursos e apoio para as escolas e comunidades.

E no artigo 208, inciso III, diz que a escola precisa ter um atendimento especializado para os alunos com deficiência no ensino regular “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 2017, p.71)

A LDB nº 9.394/96, foi responsável por iniciar o processo de inclusão no Brasil, porém, para que ela se efetive era necessário romper muitas barreiras existentes pelo caminho, principalmente nas escolas públicas.

A partir da implementação da Política de Educação Inclusiva foram criados vários projetos e programas que beneficiaram as pessoas com deficiência, lhes dando suporte financeiro e incentivo na trajetória escolar. "Esses programas formam

hoje, um conjunto articulado que propõe atingir os estabelecimentos de ensino dos diferentes municípios do país." (KASSAR, 2011). São exemplos desses programas: Escola Acessível, Programa Incluir, Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.

Outro marco da Educação Especial aconteceu em 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tornou o ensino regular obrigatório e o Decreto nº 6571 definindo a esta como uma atividade complementar. Ou seja, alunos portadores de necessidades especiais deveriam ser incluídos nas salas de aulas regulares e em outros horários terem acessos a outros serviços em instituições especializadas. E com a determinação presidencial, pais de alunos, políticos, profissionais e pesquisadores manifestaram-se, pois se à educação de qualidade é direito de todos.

A Política de Educação Especial surtiu efeitos na medida que foi crescendo o número de matriculados na educação especial. Entretanto, mesmo com todos os programas e projetos criados a política de educação inclusiva encontra muitos desafios e sua implementação. Estes desafios são vistos ainda mesmo que esses alunos tenham acompanhamento em salas de recurso, que estudem em salas reduzidas, que tenha adequação do espaço escolar, que contem com professores especializados e um bom acolhimento educacional. Sabe-se que as pessoas com deficiência estão sendo incluídas nas escolas, mas não temos uma garantia de um ensino de qualidade para esse público, nem tão pouco, está garantido que o tratamento recebido por eles, dados pelos professores e alunos será igualitário, sem preconceito e discriminação. Por mais que se tenha avançado, ainda tem muitas barreiras a ser quebradas no processo de inclusão na escola.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, datada de 2006, reconhece a nível internacional direitos humanos das Nações Unidas os direitos das desses sujeitos, proibindo a discriminação em qualquer área e responsabilizando toda a sociedade a adotar medidas que assegurem a efetivação e o pleno exercício dos seus direitos fundamentais, fazendo cumprir com a lei nº7.853 de 1989." (ALMEIDA; REIS; SANTOS, 2018)

Por conseguinte, em 2015 a lei nº 13.146 passa por reformulações, instituindo o "Estatuto da Pessoa com Deficiência", que, de acordo com seu artigo 1º, destina-se "a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. " Com isso, propicia os direitos constantes fixados na Constituição de 1988, tendo em vista que a igualdade deve ser exercida de forma substancial.

Deste modo, vale destacar que o Estatuto da Pessoa com Deficiência foi resultado de lutas por garantia dos direitos da pessoa com deficiência pautados em princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana, sendo essa uma conquista social.

A relação entre o Serviço Social e a Educação Especial/Inclusiva é de suma importância no contexto brasileiro, especialmente considerando os avanços legislativos e as políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência ao longo dos anos. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015), por exemplo, reflete as disposições da Convenção da ONU e define a pessoa com deficiência como aquela que tem um impedimento de longo prazo, podendo obstruir sua participação plena na sociedade. Historicamente, as pessoas com deficiência foram marginalizadas e incluídas na categoria dos "miseráveis", sendo pouco assistidas pelo Estado. A partir do século XIX, com o surgimento de instituições como as escolas especiais e as primeiras Associações de Pais e Amigos dos

Excepcionais, houve um avanço significativo, embora inicialmente focado em casos específicos de deficiência visual e auditiva. No entanto, a ampliação do atendimento foi lenta, com muitas pessoas ainda excluídas.

A Educação Especial no Brasil teve uma ascensão notável na década de 1980, mas enfrentou desafios como a falta de atenção para pessoas com deficiência intelectual e a escassez de recursos. A criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) em 2008 foi um marco importante, tornando o ensino regular obrigatório e estabelecendo a inclusão como uma atividade complementar.

Nesse contexto, o Serviço Social desempenha um papel crucial, promovendo e articulando ações em defesa de direitos, prevenção, orientações e apoio à família, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A relação entre o Serviço Social e a Educação Especial/Inclusiva é fundamental para garantir o pleno acesso à educação e promover a inclusão social das pessoas com deficiência, pautada nos princípios da igualdade e da dignidade humana.

A literatura crítica sobre a Educação Especial no Brasil destaca uma série de avanços e desafios ao longo do tempo, evidenciando a trajetória desde as primeiras iniciativas até a conquista dos direitos de inclusão para pessoas com deficiência. Uma parte fundamental desse processo é o marco legal, representado pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esses documentos estabelecem princípios fundamentais de igualdade e acesso à educação para todos, independentemente de suas capacidades físicas ou mentais.

No entanto, a implementação dessas políticas e legislações enfrentou desafios significativos ao longo do tempo. Desde o século XIX, quando surgiram as primeiras instituições voltadas para pessoas com deficiência, até a década de 1980, quando houve uma ascensão notável da Educação Especial no Brasil, muitos obstáculos foram enfrentados. A falta de atenção para pessoas com deficiência intelectual, a escassez de recursos e a exclusão social são alguns dos desafios históricos destacados pela literatura crítica.

A criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008 foi um marco importante, tornando o ensino regular obrigatório e estabelecendo a inclusão como uma atividade complementar. No entanto, mesmo com a implementação de programas e projetos destinados a beneficiar pessoas com deficiência, como o Escola Acessível e o Programa Incluir, ainda há muitos obstáculos a serem superados.

Nesse contexto, a relação entre o Serviço Social e a Educação Especial/Inclusiva desempenha um papel crucial. O Serviço Social atua na promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, prestando apoio às famílias, articulando ações em defesa da inclusão e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A interseção entre o Serviço Social e a Educação Especial/Inclusiva é fundamental para garantir o pleno acesso à educação e promover a inclusão social, alinhada aos princípios da igualdade e da dignidade humana.

A implementação eficaz da política de Educação Inclusiva demanda a presença de docentes especializados, como destacado por Rocha et al. (2020), que são responsáveis pela condução das práticas pedagógicas ao longo da rotina escolar. É importante ressaltar que as iniciativas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas de aula têm um caráter complementar ou suplementar à escolarização de estudantes com Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) em uma sala de aula comum. Não devem ser interpretadas como espaços pedagógicos

segregados, semelhantes às salas e escolas especiais que oferecem serviços especializados demarcados pelas políticas públicas anteriores à política de 2008, conforme salientado por Rocha *et al.* (2020).

Os desafios enfrentados na implantação da política nacional de Educação Inclusiva são numerosos, como evidenciado por Kassir (2011). Mesmo quando são cumpridas as exigências dos programas e projetos, ainda há desafios significativos a serem superados, tais como salas reduzidas, acompanhamento em salas de recursos, adequação do espaço escolar, formação de professores e o acolhimento da escola, entre outros. Esses desafios destacam a complexidade do processo de inclusão e a necessidade de abordagens abrangentes e contínuas para garantir a efetiva participação de todos os alunos na vida escolar.

### **3 O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA**

O Movimento das Pessoas com Deficiência surgiu no final da década de 1970 com principal objetivo de reconfigurar as forças na arena pública, na qual as pessoas com deficiência despontavam como agentes políticos, importante movimento que veio fortalecer as especificidades de cada grupo. Nesse sentido, Martins (2010, p. 15) ressalta:

Nos primeiros debates nacionais organizados o início da década de 1980, quando se agregaram grupos diversos formados por cegos, surdos, deficientes físicos e hansenianos. Esses grupos, reunidos, elegeu como estratégia política privilegiada a criação de uma única organização de representação nacional a ser viabilizada por meio da Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes. O impasse na efetivação dessa organização única surgiu do reconhecimento de que havia demandas específicas para cada tipo de deficiência, as quais a Coalizão se mostrou incapaz de reunir consentaneamente em uma única plataforma de reivindicações. O amadurecimento do debate, bem como a necessidade de fortalecer cada grupo em suas especialidades, fez com que o movimento optasse por um novo arranjo político, no qual se privilegiou a criação de federações nacionais por tipo de deficiência.

Com esse rearranjo abriu novas possibilidades de avanços nos debates conceituais, balizando novas atitudes em relação às pessoas com deficiência. Não se tratava apenas de demandar, por exemplo, a rampa, a guia rebaixada ou o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua oficial, mas, primordialmente, de elaborar os conceitos que embasariam o discurso sobre esses direitos.

A conquista dos direitos das pessoas com deficiência, foi impulsionada pelas lutas históricas dos movimentos sociais frente ao afastamento do estado. De acordo com Motta:

(...) houve um movimento no sentido de denunciar que não era o indivíduo em si atrasado, retrógrado, resistente às inovações, e sim toda uma estrutura social que inibia a ação do indivíduo e fazia com que transformasse em um cidadão de segunda classe, pouco apto e pouco

desejoso de inovar, de crescer e de melhorar sua condição social. (MOTTA, 1996, p. 16)

Vale ressaltar que as pessoas com deficiências passam a ser vistas como sujeito de direitos a partir da Constituição Federal de 1988, e não apenas como portadores de algum tipo de patologia, ou seja, ocorre uma mudança de paradigma social. A questão social deve ser compreendida como o conjunto da expressão de desigualdades e de lutas sociais, em suas múltiplas manifestações, sendo ela a campo de atuação do assistente social.

Segundo Iamamoto (2006, p. 176), a questão social é apreendida como o “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista”. Nesse sentido, a autora destaca:

A “questão social” expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2006, p. 177)

A origem do Serviço Social, cuja gênese, no Brasil, encontra-se na década de 1930. Uma profissão que, não obstante atualmente manifestar referências progressistas e democráticas, foi suscitada no processo de desenvolvimento industrial do Brasil, tendo como base ideológica fundamental o pensamento social conservador da Igreja católica. Nesse sentido, Forti (2020), destaca:

Nesse processo, o Estado e o empresariado passaram a demandar o trabalho dos assistentes sociais como uma espécie de agentes interventores da “questão social”, através da participação no processo de execução das políticas sociais. Dessa maneira, o trabalho do assistente social, mostrando diferentes tendências ao longo da História, é encontrado em diversas políticas sociais. Todavia, se esse trabalho já merecia ser observado em face da sua inerente complexidade, atualmente essa foi exacerbada, haja vista a intensificação dos problemas sociopolíticos e econômicos brasileiros, após a ampla penetração das diretrizes neoliberais<sup>7</sup> no nosso país, que por ora inclui um retrocesso escancarado dos direitos duramente conquistados pelos trabalhadores.

O campo de atuação do Assistente Social ocupa diversas áreas, como saúde, habitação, previdência social, sistema penitenciário e educação, pois sua intervenção é relevante para o enfrentamento das expressões da questão social. Sendo assim, esse profissional possui competências e habilidades para implementar políticas públicas de apoio e atendimento às pessoas com deficiência, atuando na perspectiva da garantia de direitos, trabalhando no sentido da mudança de postura e buscando transformar o sujeito em autor da sua história, incentivando a autonomia – e procurando, assim, modificar e otimizar a sua realidade. Para mais, considerando que o Serviço Social está presente na educação, tem um papel muito importante frente àquela voltada para a inclusão. (ABED, 2017)

Sobre as atribuições do Assistente Social na Educação, Martins (1999, p. 70) destaca que elas podem:

Melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos; favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos

decisórios da escola (os conselhos de classe); ampliar o acervo de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade escolar; estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade; fortalecer as ações coletivas; efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias; maximizar a utilização dos recursos da comunidade; contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional.

O serviço social deve estar inserido na educação como uma estratégia fundamental para o exercício da cidadania, protagonismo e inclusão das pessoas com deficiência, no âmbito escolar e na sociedade de forma geral. Essa união desperta um desenvolvimento e progresso nos atendimentos às pessoas com deficiência e tende a fomentar melhorias nas ações executadas pelo assistente social no setor educativo (ABED, 2017).

## **4 A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DO DIREITO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O CASO DA APAE – CAMPINA GRANDE-PB**

### **4.1 O LÓCUS DA PESQUISA**

A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE foi criada em 11 de dezembro de 1954 no Rio de Janeiro / RJ por um grupo de pais de pessoas com deficiência. Expandindo-se para todo o Brasil em 1962, criando-se assim a Federação Nacional das APAEs. Atualmente no Brasil existem mais de 2 mil APAEs e entidades filiadas que atende cerca de 250 mil pessoas com deficiência.

A APAE é uma organização Não Governamental de caráter filantrópico que presta diversos serviços com ações inovadoras conduzidas por profissionais competentes de cada área de trabalho.

Hoje, a APAE é uma organização social, com foco de atenção na prestação de serviços e defesa de direitos das pessoas com deficiência; assim é uma entidade civil, filantrópica, de caráter assistencial, cultural, ou seja, é uma instituição de cunho social no qual a própria sociedade civil é a responsável pela sua manutenção, que é assegurada parcialmente pelo Estado, através de cotas, convênios. (MOTYL, 2013, p. 39)

A APAE tem como principal objetivo, promover uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, assegurando-lhe o pleno exercício da cidadania, com a prestação de serviços de habitação e reabilitação dessas pessoas. Como também busca promover e articular ações em defesa de direitos, prevenção, orientações, e apoio à família. Visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim como assegurar e garantir condições especiais nos atendimentos oferecidos. (PLANO DE AÇÃO-APAE, 2021).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande (APAE-CG) foi estabelecida em 1982, durante a Semana do Excepcional, por um grupo de pais que compartilhavam a experiência de ter filhos com deficiência e sentiam a necessidade de obter suporte para enfrentar os desafios relacionados à condição de seus filhos. No entanto, sua efetiva operação teve início somente em setembro de

1993, quando duas pediatras, juntamente com pais, profissionais e amigos, uniram esforços com o propósito de estabelecer um grupo de apoio aos pais de recém-nascidos. Posteriormente, foi identificada a existência de documentação formal referente à APAE, impulsionando o grupo a almejar a constituição de uma instituição que oferecesse atendimento socioeducacional e psicopedagógico para o público-alvo.

A fundação oficial da APAE de Campina Grande ocorreu em 1º de setembro de 1982, no auditório do Museu de Artes Assis Chateaubriand da Fundação Universidade Regional do Nordeste. O apoio essencial para sua criação foi recebido de representantes de diversos setores da sociedade campinense, em conjunto com a Secretaria de Educação municipal. O professor Carlton Ferreira da Nóbrega foi reconhecido pelo domínio público como presidente da instituição na época.

Atualmente, a APAE de Campina Grande opera em sede própria, situada na Rua Eutécia Vital Ribeiro, 525, no bairro do Catolé, na cidade de Campina Grande, Paraíba. Os recursos financeiros necessários para sua sustentação são provenientes de doações feitas pelos associados e outras pessoas interessadas em contribuir, além de auxílios provenientes de convênios estabelecidos com entidades públicas e privadas. Adicionalmente, a instituição obtém recursos por meio da comercialização de produtos artesanais, itens de seu brechó, realização de bingos, festas e eventos esportivos.

#### 4.2 O SERVIÇO SOCIAL NA APAE

Na área de saúde, o Serviço Social presta atendimento e avaliação dos usuários e suas famílias que buscam os serviços da APAE através de diagnósticos médicos e indicações terapêuticas.

O assistente social deve ser um referencial para os usuários e familiares durante os atendimentos uma vez que o quadro de saúde quando se torna instável por alguma patologia, pode modificar a perspectiva e capacidade de enfrentar dificuldades por parte do usuário, como também de seus familiares em orientar e auxiliar suas ações. (MARTINELLI, 2011)

O Assistente Social integra a pessoa com necessidade especial, partindo da indicação médica junto a equipe interdisciplinar da instituição, buscando promover o tratamento adequado da mesma. Assim como, através de palestras com especialistas, o Serviço Social promove orientação às famílias para um melhor entendimento das patologias acometidas por seus filhos.

Nesse sentido, a assistência à saúde do portador de deficiência não poderá ocorrer somente nas instituições específicas de reabilitação, devendo ser assegurado a ele o atendimento na rede de serviços, nos diversos níveis de complexidade e de especialidades médicas. (BRASIL, 2008, p.31)

Na área da educação, o Serviço Social desenvolve atividades voltadas para o processo de inserção social e educacional das pessoas com deficiência intelectual e múltipla em grupos de alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Atendimentos Educacionais Especializados (laboratório de informática, biblioteca, artesanato, etc.). (PLANO DE AÇÃO APAE-2021)

As demandas postas ao Serviço Social correspondem a ações na dimensão sócio educacional que contribuam para a efetivação do direito dos alunos ao acesso

e permanência na política de educação, assegurada a todos os cidadãos através de aportes jurídicos, como a Constituição Federal Brasileira de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- Lei 8.069/1990) e a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional. (LDB- Lei 9,394/1996)

Assim, essa função educativa contida no projeto ético político da profissão, contribui para novas relações pedagógicas entre o assistente social e o usuário de seus serviços. Tais relações favorecem uma maior participação dos sujeitos envolvidos através do conhecimento crítico sobre a realidade e dos recursos institucionais para a construção de ações estratégicas atendendo aos interesses das classes subalternas e à mobilização, à organização, ao fortalecimento e à instrumentalização das lutas para a conquista de uma classe hegemônica (PIANA, 2009, p.189)

Os instrumentos e técnicas utilizados pelo serviço social são: leituras e pesquisas individual e coletiva com a equipe escolar (técnicos e professores), visitas domiciliares aos alunos e aos pais, visita institucional, relatório, parecer social, dinâmica de grupo, questionários para levantamento de dados que subsidiassem intervenções através de projetos, conversas informais com a comunidade escolar, encaminhamentos, reuniões com as famílias, repasse de informações institucionais (folders), abaixo-assinado, abordagens em sala de aula, campanhas educativas e planos-programas e projetos.

No que se refere aos serviços prestados pelo poder público como direito do ser humano, ressalta-se a garantia do bom condicionamento e atendimento humanizado. Nesse sentido, a preservação de direitos universais como a saúde, educação, moradia, etc, deve ser tratada como prioridade a fim de uma garantia nas suas participações e luta por condições dignas, nas quais haja investimentos em programas sociais que sensibilize as ações e manutenção para a proteção desses equipamentos para a sociedade. (GASPAR, 2017)

Com a Lei 8.662/93, artigo 4º de Regulamentação da Profissão, aponta a atuação do assistente social na aplicação de competências previstas na que prevê, dentre outras, elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação; encaminhar providências e prestar orientação social à população de modo geral; orientar indivíduos e grupos, identificando os recursos e fazendo uso no atendimento e na defesa de seus direitos; planejar, executar e avaliar pesquisas que contribuam para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais (BRASIL, 1993)

#### 4.3 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NA APAE.

O presente relato de experiência de estágio versa sobre as vivências adquiridas durante minha participação na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em Campina Grande, no período compreendido entre 29 de março de 2019 e 18 de março de 2020. Sob a supervisão de campo da assistente social Romilda Nascimento e orientação da supervisora acadêmica Aliceane Almeida, o estágio supervisionado em Serviço Social constitui uma disciplina obrigatória do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), distribuído em três etapas: estágio I, estágio II e estágio III.

Na fase inicial do estágio, dedicada à observação do trabalho dos assistentes sociais e demais profissionais da instituição, assim como o desempenho dos atendidos, fui formalmente apresentado à supervisora de campo e recebi orientações pertinentes. Durante este período, o registro de observações e atividades realizadas foi feito por meio de um diário de campo.

Na etapa subsequente, o estágio II, tive acesso a vasto material acadêmico e documentos da APAE, incluindo artigos científicos, TCCs, livros e estatutos relacionados à Pessoa com Deficiência, entre outros. Além disso, participei de atividades como terapias de grupo na sala das mães e me envolvi em diversas ações, desde a elaboração de relatórios até orientações às famílias e participação em comemorações institucionais.

No estágio III, que foi interrompido pela pandemia de COVID-19 em 18 de março de 2020, adotei um papel mais proativo, contribuindo em áreas como acolhimento às famílias, preenchimento de vagas para atendimentos clínicos, realização de visitas domiciliares e hospitalares, e apoio psicológico.

Durante o período de pandemia, as atividades de estágio foram suspensas, sendo que a APAE ofereceu apoio social às famílias necessitadas, realizando a distribuição de cestas básicas e adaptando os atendimentos psicoterápicos e fisioterápicos para modalidades remotas. Além disso, o Serviço Social atuou na mobilização de doações e na promoção da vacinação contra a COVID-19, visando garantir o bem-estar e os direitos dos atendidos.

Em síntese, o estágio na APAE proporcionou uma experiência enriquecedora no campo do Serviço Social, destacando-se como um importante ponto de entrada para a instituição, promovendo o bem-estar dos atendidos e trabalhando pela efetivação de seus direitos. As informações aqui apresentadas foram obtidas por meio de leituras de planos de ação e relatórios da APAE dos anos 2019, 2020 e 2021.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da exposição realizada, torna-se evidente a amplitude das atribuições do Assistente Social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Campina Grande. Estas transcendem as simples possibilidades apresentadas, uma vez que cada profissional emprega estratégias distintas em diferentes áreas, com base na salvaguarda dos direitos dos atendidos. Esta garantia não se limita ao mero conhecimento das leis que asseguram os direitos dos usuários; é imprescindível garantir os direitos das pessoas frequentadoras dessas Associações. Nesse sentido, o trabalho do assistente social desempenha um papel crucial ao alcançar famílias em situações de vulnerabilidade, especialmente aquelas que, em sua maioria, carecem de domínio da leitura e da escrita. A partir desse ponto, emerge toda uma mediação por parte do profissional para alcançar, intermediar todo o processo e garantir os direitos desses sujeitos.

A importância do estágio supervisionado em Serviço Social na APAE de Campina Grande não se restringe apenas à aquisição de conhecimentos teóricos e práticos, mas também à compreensão das complexidades e desafios enfrentados pelos assistentes sociais no campo. O estágio proporciona uma oportunidade única para os estagiários observarem e participarem ativamente das atividades desenvolvidas pela instituição, permitindo-lhes aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula na prática do cotidiano profissional.

Ao longo das diferentes etapas do estágio, desde a observação inicial até o envolvimento proativo em atividades diversas, os estagiários têm a oportunidade de desenvolver habilidades essenciais para a prática profissional, tais como capacidade de observação, análise crítica, comunicação eficaz e trabalho em equipe. Além disso, o estágio proporciona um espaço de reflexão e autoavaliação, permitindo aos estagiários identificar suas próprias fortalezas e áreas de melhoria, e buscar maneiras de aprimorar suas habilidades.

A interrupção do estágio devido à pandemia de COVID-19 ressaltou ainda mais a importância da prática supervisionada em Serviço Social. Durante esse período desafiador, os estagiários tiveram a oportunidade de adaptar-se a novas formas de trabalho, como o atendimento remoto e a distribuição de apoio social às famílias necessitadas. Essa experiência proporcionou aos estagiários uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelos assistentes sociais e da importância do trabalho em rede e da solidariedade em tempos de crise.

Por fim, o estágio supervisionado desempenha um papel fundamental na formação do assistente social, oferecendo uma oportunidade única de integração teórica e prática, desenvolvimento de habilidades essenciais e reflexão crítica sobre o papel e as responsabilidades do profissional. Além disso, o estágio proporciona uma visão abrangente das complexidades e desafios enfrentados pelos assistentes sociais no campo, preparando os estagiários para uma prática profissional ética, responsável e comprometida com a promoção da justiça social e do bem-estar dos indivíduos e comunidades atendidos.

## REFERÊNCIAS

ABED, N. M. El. **Atuação do profissional do Serviço Social na Educação Especial**. Revista Educação, Psicologia e Interfaces. v. 1, nº 1, p 44-56, mai-ago. 2017.

ALMEIDA, M. C. N.; REIS. R.S; SANTOS. T. S.; Educação inclusiva: uma garantia consagrada pelo estatuto da pessoa com deficiência. In: **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista/BA, vol. 15, nº 25, ano 15, p. 19-39, jan/jun 2018.

APAE. **Relatório 2021**. Disponível em:  
[https://apaecampinagrande.org.br/documentos/relatorios/2021/Relatorio%20ApaeCG%202021\\_OFICIAL.pdf](https://apaecampinagrande.org.br/documentos/relatorios/2021/Relatorio%20ApaeCG%202021_OFICIAL.pdf) Acesso em: 23 de dez. de 2021.

\_\_\_\_\_. Plano de ação. Disponível em:  
<https://apaecampinagrande.org.br/documentos/relatorios/2019/plano-acao-2019.pdf>  
 Acesso em: 24 de dez. de 2021

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1961.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. -10ª. ed. rev.e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas “Atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação (MEC)**. Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: MEC, 1971.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília. Editora SM, 2008.

GASPAR, Marta Carolina Rocha. **A Percepção das Famílias sobre os Serviços Ofertados pelo Centro Integrado de Reabilitação às Pessoas com Deficiência no Município de Maracanaú**. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Tecnologia do Nordeste -FATENE, em Serviço Social. Fortaleza/Ceará, 2017.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10ª ed., São Paulo: Cortez, 2006.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, Editora UFPR, p. 61-79, jul./set. 2011.

MARTINS, E. B. C. O Serviço Social na área da Educação. In: **Serviço Social & Realidade**, v. 8, n. 1, p. 52 - 72. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

MARTINELLI, M. L. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Serv. Soc. Soc.**, Set 2011, n.107.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MIRANDA, A. A. B. História, deficiência e educação especial. In: **Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental**, Unimep, 2003.

MOTYL, Tatiele Cristina. **O SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO À PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN**. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Federal do Pará, Matinhos, 2013.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ROCHA, N. C.; SCHLÜNZEN, E. T. M. **Política, atores e implementação: Análise do atendimento educacional especializado**. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 31, n. 76, p. 195-218, 2020.

ROGALSKI, S. M. Histórico Do Surgimento da Educação Especial. **Revista de Educação do IDEAU**, Vol. 5 – Nº 12, 2010.

SILVA, O. M. da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Cedas, 1987.